

# REDE URBANA PARANAENSE: CENTRALIDADE, CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO<sup>1</sup>

*Fábio Rodrigues da Costa*

Professor da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM.

Membro do NEMO – UEM e do GEURF – FECILCAM.

[fabiorcmestrado@bol.com.br](mailto:fabiorcmestrado@bol.com.br)

*Márcio Mendes Rocha*

Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Coordenador do NEMO-UEM.

[mmrocha@uem.br](mailto:mmrocha@uem.br)

**RESUMO:** A presente pesquisa tem como objetivo refletir sobre a rede urbana paranaense, tecendo algumas considerações sobre a centralidade, a concentração e as disparidades socioeconômicas. A metodologia utilizada consta na leitura e análise de referências bibliográficas sobre a temática abordada. Os estudos Região de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2008) e os ‘Vários Paranás’ (IPARDE, 2005), são utilizados como base para as discussões. Os resultados indicaram intensa concentração das atividades comerciais, de prestação de serviços, industriais e também de população em poucos centros dinâmicos, ao passo que a maioria das cidades enfrenta intensos problemas.

**Palavras-chave:** Rede urbana. Centralidade. Concentração. Disparidade.

## URBAN NETWORK PARANAENSE: CENTRALITY, CONCENTRATION AND DISPERSION

**ABSTRACT:** This research aims to reflect on the urban network of the Paraná, weaving some considerations about the centrality, concentration and disparities. The studies REGIC (IBGE, 2008), and ‘vários Paranás’ (IPARDES, 2005), are used as the basis for discussions. The results indicate concentrations of trade, services, industries and population in a few cities, and intense social problems in most cities.

**Key words:** Urban network. Centrality. Concentration. Disparit.

### 1- INTRODUÇÃO

As abordagens sobre rede urbana conquistaram relevante significado com o processo de urbanização. O predomínio da população urbana sobre a rural e o crescimento das cidades

---

<sup>1</sup> O presente artigo está relacionado com a tese de doutorado em desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na UEM. Pesquisa desenvolvida com apoio da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA.

evidenciaram a necessidade de estudar e compreender a dinâmica inserida na rede urbana. Assim, as pesquisas se tornaram essenciais para entender os fixos, os fluxos e as articulações presentes no espaço geográfico.

No Paraná, a partir da década de 1970, com o processo de modernização da agricultura, ocorreu grande migração populacional para as cidades<sup>2</sup> (MORO, 1998, 2001; ROCHA, 1998, 1999). O censo de 1980 revelou que a população urbana ultrapassou a rural<sup>3</sup>. Tais fatos conduziram a reorganização dos investimentos. Desta maneira, as cidades que se tornaram centros de gestão do território e de articulação da produção e distribuição de mercadorias, atraíram e concentraram a população.

A presente pesquisa busca, no transcorrer do texto, apresentar uma reflexão sobre a rede urbana paranaense atentando para a seguinte problemática: como ocorreu a constituição de cidades dinâmicas com relevância econômica e cidades com baixa relevância e sérios problemas socioeconômicos. O que se pretende evidenciar é a intensa concentração das atividades econômicas e da população em poucas cidades e o esvaziamento populacional nas pequenas cidades.

## 2- CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE REDE URBANA

A rede urbana continua apresentando significativa relevância para a geografia. Assim, nesta etapa da pesquisa procura-se apresentar as contribuições teóricas de alguns autores que abordaram e discutiram o tema.

De acordo como o exposto por Corrêa (1994), para a existência de uma rede urbana devem estar presentes e atendidas pelo menos três condições apresentadas a seguir:

[...] haver uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outra que não é produzida local ou regionalmente. Essa condição tem como pressuposto um grau mínimo de divisão territorial do trabalho. Em segundo lugar verificar-se a existência de pontos fixos no território onde os negócios acima referidos são realizados, ainda que com certa periodicidade e não de modo contínuo [...]. A terceira condição refere-se ao fato da existência de um mínimo de articulação entre os núcleos urbanos no que se refere ao volume e tipos de produtos comercializados, às atividades político-administrativas, à importância como pontos focais em relação ao território exterior a elas, e ao tamanho demográfico (CORRÊA, 1994, p. 06-07).

---

<sup>2</sup> Até os primeiros anos da década de 1970, o Paraná tinha a maior parte da sua população vivendo no meio rural ligada a atividades agropecuárias.

<sup>3</sup> Segundo o censo de 1980, realizado pelo IBGE, 41,07% da população paranaense era rural e 58,93% urbana.

Desde que atendidas as condições expostas pelo autor, pode-se constatar a existência de rede urbana. A produção e a comercialização, a presença de pontos fixos onde os negócios são realizados e os fluxos de articulação entre os núcleos urbanos, bem como a existência de um grau mínimo de divisão territorial do trabalho são as necessidades básicas. Ainda para Corrêa (1994):

A rede urbana pode ser considerada como uma forma espacial através da qual as funções urbanas se realizam. Estas funções – comercialização de produtos rurais, produção industrial, vendas varejistas, prestação de serviços diversos etc. – reportam-se aos processos sociais, dos quais a criação, apropriação e circulação do valor excedente constitui-se no mais importante, ganhando características especiais na estrutura capitalista (CORRÊA, 1994, p. 70-71).

A análise apresentada demonstra as articulações inseridas dentro da lógica de expansão e aumento de capitais, características inerentes ao sistema capitalista de produção. É através da rede urbana que as ações capitalista se tornam mais fluidas no espaço, permitindo maior circulação de mercadorias.

Para Santos (2008) são três os elementos de base que constituem a própria substância das redes: as massas, os fluxos e o tempo.

As *massas* se decompõem em massa de população, sua densidade e sua distribuição; massa de produção, sua distribuição e seu valor; massa da poupança; massa do consumo e sua localização; massa do equipamento, especialmente do equipamento em transportes.

Os *fluxos*: “O poder não pertence aos organismos que possuem as massas e sim aos que dirigem os fluxos”. Por natureza, as “redes urbanas” são a expressão dos fluxos de população, das produções agrícolas e industriais e dos fluxos monetários de informação e de ordens. Em particular, a população é não somente uma massa, mas principalmente um fator gerador de fluxos, fato que convém ser ressaltado.

O *tempo*: é uma noção fundamental em geografia, que pondera dos dois outros critérios; fundamentalmente explica os fenômenos de disparidade e faz sentir-se no domínio do equipamento, pelo grau de arcaísmo de infraestrutura agrícola, industrial, dos transportes e dos serviços, segundo as regiões, assim como pelo nível cultural da população, encarado em sentido amplo (SANTOS, 2008, p. 171-2).

Entre as primeiras contribuições para o estudo da rede urbana está à teoria das localidades centrais, atribuída ao geógrafo de origem alemã Walter Chistaller em 1933. Ainda

hoje suas contribuições são debatidas, ora sendo criticada, ora sendo aperfeiçoada. Segundo Corrêa (1994), as proposições gerais atribuídas por Chistaller seguem princípios gerais que regulam:

[...] o número, tamanho e distribuição dos núcleos de povoamento: grandes, médias e pequenas cidades, e ainda minúsculos núcleos semi-rurais, todos são considerados como *localidades centrais*. Todas são dotadas de *funções centrais*, isto é, atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa, residente na *região complementar* (hinterlândia, área de mercado, região de influência) em relação à qual a localidade central tem uma posição central. A centralidade de um núcleo, por outro lado, refere-se ao seu grau de importância a partir de suas funções centrais: maior o número delas, maior a sua região de influência, maior a população externa atendida pela localidade central, e maior a sua centralidade (CORRÊA, 1994, p.21).

A centralidade de um núcleo urbano diz respeito à capacidade e extensão atingida com relação à distribuição de mercadorias e prestação de serviços para a população. Quanto mais complexos são os produtos comercializados e os serviços prestados no centro, maior a sua centralidade e sua área de influência<sup>4</sup>. Quanto mais básicos são os produtos comercializados e os serviços prestados, menor a sua centralidade. A proposta de Chistaller está assentada sobre uma visão econômica, enfatizando a questão das relações de distribuição e consumo de mercadorias.

Corrêa (1994), explica que Chistaller também usa os conceitos de alcance espacial máximo e alcance espacial mínimo. O alcance espacial máximo significa um raio de abrangência a partir da localidade central onde os consumidores se deslocam para obter bens e serviços. Extrapolados os limites dessa área, os consumidores vão para outros centros mais próximos. O alcance espacial mínimo engloba o número mínimo de consumidores necessários para a existência de uma atividade comercial e de prestação de serviços.

Para Oliveira (2008), a teoria dos lugares centrais se traduz em uma classificação entre as cidades.

Na teoria chistalleriana, qualquer estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços, fornece bens e serviços a uma região próxima do centro fornecedor, representando, nesse sentido, uma polarização espacial da aglomeração urbana.

Desse modo, haveria a constituição de uma hierarquia de cidades, em que, no nível mais elementar, estariam as cidades produtoras de bens e serviços,

---

<sup>4</sup> É válido esclarecer que nas cidades com alta centralidade também estão presentes os serviços básicos necessários.

aqueles mais procurados pela população para sua reprodução social cotidiana, e, do outro lado, estariam os centros urbanos maiores, geradores de produtos e serviços mais especializados para uma área territorial mais extensa (OLIVEIRA, 2008, p. 102).

Nos centros maiores estão as atividades administrativas, financeiras e comerciais mais complexas. Estes centros são capazes de articular e influenciar uma maior quantidade de centros menores, cuja população se desloca com o objetivo de encontrar serviços ou mercadorias que não encontram em sua cidade. Os centros locais ficam responsáveis pela prestação de serviços e comercialização de produtos mais básicos. Nas palavras de Corrêa (1994):

Outro aspecto da natureza da hierarquia urbana é o de que, como em uma localidade central de mais alto nível hierárquico, o número de funções centrais é maior do que em um centro de nível inferior, e isto representa maior número de empregos; verifica-se que a população total da cidade de hierarquia mais elevada é maior que a dos demais centros [...] (CORRÊA, 1994, p. 28).

Os centros urbanos de maior complexidade atraem e concentram população, visto que, por apresentarem elevado desenvolvimento industrial e grande número de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, geram mais empregos.

Oliveira (2008) traz para o debate a argumentação de que as abordagens tradicionais dos estudos da rede urbana apresentam certa defasagem histórica, em virtude das significativas transformações ocorridas após 1970, especialmente no que diz respeito aos países subdesenvolvidos. Desta forma, a rede urbana:

Tornava-se cada vez mais diferenciada e complexa, haja visto que cada cidade e seu campo passaram a responder por relações específicas, próprias a sua realidade sócio-econômica e, dessa forma, percebemos que toda a reestruturação sócio-espacial e econômica pela qual o território tem passado, além do processo de urbanização, contribuíram para que houvesse uma extrema diferenciação entre os tipos urbanos e sua hierarquia de tamanho e funções [...] o desenvolvimento da produção, circulação, informação e de novas formas de consumo, tem gerado novas funcionalidades entre os centros urbanos e uma nova configuração no interior das redes urbanas. Diante disso, é possível uma relação de complementaridade e prestação de serviços entre a pequena cidade local com a cidade média, com a metrópole regional ou, em certos níveis, mesmo diretamente com a metrópole nacional (OLIVEIRA, 2008, p. 106).

Os avanços nos meios de transportes e comunicação acabam por flexibilizar a rígida hierarquia proposta por Chistaller, na qual um centro local é influenciado por um centro de zona, e assim sucessivamente até a metrópole. Os avanços nos transportes e nos mecanismos de comunicações permitem maior fluidez no espaço. Conforme explica Oliveira (2008), fica perceptível uma hierarquia flexível. A mundialização não implica o desaparecimento de uma estrutura hierarquizada, mas permite interações entre elas.

Sobre essa questão, de acordo com o estudo Região de Influência das Cidades – REGIC, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE:

[...] na configuração da rede urbana, coexistem redes hierárquicas e redes não-hierárquicas. A gestão-pública e empresarial mantém relações de controle e comando entre centros urbanos, propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos. As cidades, contudo, mantêm relações horizontais, de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades, e pela oferta diferencial de serviços (REGIC, 2008, p.09).

A hierarquia urbana não desapareceu por completo, podendo ainda estar presente em inúmeras atividades como educação, saúde, lazer, entre outras. No entanto, a melhor eficiência nos transportes e nas comunicações torna possível, por exemplo, a ligação direta de um centro local com a capital regional ou até mesmo com a metrópole.

Milton Santos (2008) chama a atenção para as diferenças socioeconômicas da população:

Existem, pois, segundo a categoria socioeconômica da população urbana que se considera, “redes urbanas” muito diferentes, tanto mais distintas quanto mais estratificada esteja a estrutura social da cidade: na grande cidade, a classe privilegiada corresponde ao escalão de uma rede que, em escala superior, vincula-se à rede mundial das cidades dos países industriais, mas da qual as classes populares ficam praticamente excluídas. Na pequena cidade, a população urbana e regional pobre encontra a parte essencial dos serviços de que necessita, devido à sua *facies* econômica e cultural (consumo, festas tradicionais etc.) ela os encontraria também na cidade grande, mas não teria acesso a outros de categoria superior, em virtude de seu fraco poder de compra; ao contrário, o grande proprietário rural absenteísta, que toma o avião para ir à capital, praticamente não encontra na pequena cidade nenhum dos serviços de que necessita (SANTOS, 2008, p. 170).

Fica evidente na análise do autor que a posição socioeconômica da população tem que ser levada em consideração, visto que a quantidade de capitais disponíveis nas mãos de determinados grupos estabelecem “redes urbanas” diferentes.

O REGIC (2008) utilizou para investigar o nível de influência e de centralidade das cidades brasileiras os seguintes critérios: a função de gestão do território, através da avaliação dos níveis de centralidade do Poder Executivo e do Poder Judiciário no nível Federal; a centralidade empresarial e a presença de equipamentos e serviços. O estudo permite o levantamento das ligações entre as cidades e as suas respectivas áreas de influência.

Os centros de gestão do território caracterizam-se como cidades onde estão localizadas grande variedade de órgãos do Estado e a sede de empresas, a partir das quais são tomadas as decisões que afetam direta ou indiretamente um dado espaço. Quanto mais equipamentos de gestão, mais dotada de centralidade é a cidade, quanto menos equipamentos de gestão, menos centralidade tem a cidade.

Segundo o REGIC (2008), são considerados equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade: ligações aéreas, deslocamento para internações hospitalares, áreas de cobertura das emissoras de televisão, oferta de curso superior, diversidade de atividades comerciais e de serviços, oferta de serviços bancários e presença de domínios da Internet.

Com base nos dados do estudo convivem atualmente dois tipos de sistemas urbanos no país: i) o sistema caracterizado pela presença de localidades centrais, com regiões inseridas no entorno dos centros; ii) o sistema reticular, no qual a cidade atua como nó de uma rede mundial. Conforme a metodologia utilizada pelo REGIC (2008), os municípios brasileiros foram classificados em:

1. **Metrópoles:** são os 12 principais centros urbanos do país, caracterizados pelos fortes relacionamentos entre si. As metrópoles foram divididas em três subníveis levando-se em consideração a extensão territorial e a intensidade das relações:
  - a. Grande metrópole nacional – São Paulo, o maior conjunto urbano do país;
  - b. Metrópole nacional – Rio de Janeiro e Brasília;
  - c. Metrópole – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre.
2. **Capital Regional:** neste nível estão os 70 centros que se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Tem área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por um elevado número de municípios.

- a. Capital regional A – constituída por 11 cidades, com mediana de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos.
- b. Capital regional B – Constituído por 20 cidades, com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos.
- c. Capital Regional C – Constituído por 39 cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos.
3. **Centro sub-regional** – integram este nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas.
  - a. Centro sub-regional A – Constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos;
  - b. Centro sub-regional B – Constituído por 79 cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.
4. **Centro de Zona** – é constituído por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita á sua área imediata; exercem funções de gestão elementar.
  - a. Centro de zona A – 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos;
  - b. Centro de zona B – 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos.
5. **Centro local** – as demais 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes. (REGIC, 2008, p. 11).

Avaliando a rede urbana brasileira percebe-se a existência de elevada concentração da população e de equipamentos de gestão territorial centralizados nas Metrôpoles e nas Capitais regionais. Os 12 principais centros se destacam pelas relações de controle e comando sobre centros de nível inferior, ao propagar decisões, determinar relações e destinar investimentos. Em contraposição existem 4.473 municípios brasileiros cuja área de atuação não extrapola os seus próprios limites, sendo dependentes de centros de nível superior.

Desta forma, se estabelece um processo de concentração de tomada de decisões em poucos espaços. Os 12 principais centros possuem grande influência política e econômica, atraindo os investimentos para si e para as Capitais regionais. São espaços dotados de economia dinâmica que atraem e multiplicam os capitais. Enquanto isso, o centro local não extrapola seus limites, atendendo, às vezes parcialmente aos seus habitantes, o que caracteriza profundas disparidades socioeconômicas. Os fatos apresentados nos levam a questionar se os centros locais podem mesmo ser considerados centros?

Do ponto de vista econômico sim, pois os centros locais atendem as necessidades comerciais básicas da população, mesmo que para adquirir serviços ou produtos de maior complexidade seja necessário aos moradores o deslocamento para centros maiores. Porém, politicamente são dependentes das decisões e comandos oriundos de espaços externos,

restando pouca autonomia, mesmo com as reformas trazidas pela constituição de 1988. Socialmente são espaços que enfrentam intensos problemas (altas taxas de pobreza, baixa remuneração, dificuldades na obtenção de renda, carência de infraestrutura básica, entre outros). Seriam então espaços centrais ou periféricos?

Apenas do ponto de vista econômico e levando-se em consideração a comercialização de produtos e prestação de serviços para a comunidade, o núcleo urbano desses municípios apresentam papel central. Contudo, aprofundando a discussão e acrescentando ao debate os aspectos políticos e sociais, podemos considerá-los como periféricos.

Rocha (1999, 2004) está entre os primeiros pesquisadores a se preocupar com a temática no Paraná. Para ele as cidades periféricas apresentam evasão da população, dependência econômica, carência de infraestrutura e ausência de políticas públicas comprometidas com a transformação da realidade.

Segundo Corrêa (2005):

A desigual integração da rede urbana brasileira [...] revela claramente os resultados de um processo de desenvolvimento capitalista que, longe de gerar uma tendência à homogeneização social e da organização espacial, acentua as diferenças entre os diversos segmentos da rede urbana brasileira, revelando, através da rede urbana, uma efetiva integração de parte da população ao sistema social e, simultaneamente, uma menor integração, senão exclusão, de parcela importante da população (CORRÊA, 2005, p. 104).

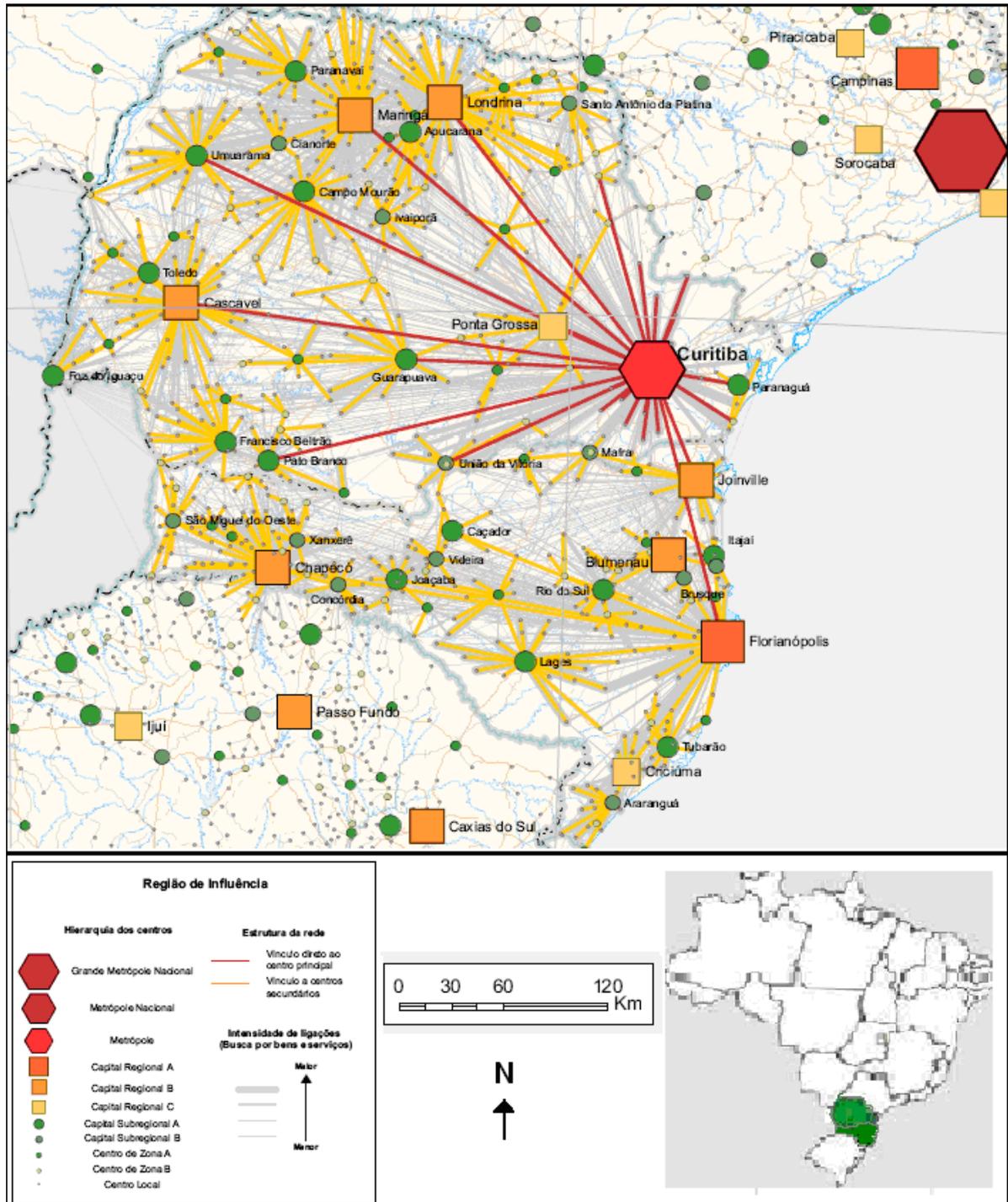
O desenvolvimento desigual do espaço produz profundas disparidades. Os centros dinâmicos assumem o papel de comando e exercem influência econômica e política sobre o território. Enquanto isso, a maioria das cidades possuem um núcleo urbano que não extrapola os seus próprios limites territoriais estando subordinadas a decisões externas.

### **3 A REDE URBANA PARANAENSE E AS CONTRADIÇÕES ESPACIAIS**

O estado do Paraná, assim como boa parte da região Sul do país, acompanhou o movimento de urbanização intensiva e centralizadora. Este modelo concentrou o poder econômico em alguns poucos centros dinâmicos, enquanto que na maioria dos municípios os investimentos são escassos e o crescimento da população é pequeno ou negativo (ROCHA, 1999 e 2004). A figura 01 tem como objetivo visualizar a rede urbana paranaense.

Fresca (2009), explica que a desigualdade na distribuição dos investimentos acaba privilegiando apenas alguns núcleos urbanos, levando à discrepâncias cada vez maiores. Algumas cidades são capazes de se apropriar de parcela significativa do valor excedente e criar novos valores, enquanto que outras possuem menor possibilidade de apropriação do valor excedente. O desenvolvimento desigual estabelece uma espacialidade onde os investimentos, as indústrias, os centros de comando, de gestão territorial e distribuição estão concentrados em poucas cidades. Usando como base a classificação do REGIC (2008), os municípios paranaenses se encontram nos seguintes níveis:

1. **Metrópole** – Curitiba
2. **Capital Regional**
  - a. Capital regional A – Nenhum município paranaense se enquadra neste nível
  - b. Capital regional B – Cascavel, Londrina e Maringá
  - c. Capital regional C – Ponta Grossa.
3. **Centro sub-regional**
  - a. Centro sub-regional A – Guarapuava, Paranaguá, Pato Branco, Umuarama, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Toledo, Apucarana, Campo Mourão, Paranaváí;
  - b. Centro sub-regional B – União da Vitória, Ivaiporã, Santo Antonio de Platina e Cianorte.
4. **Centro de Zona.**
  - a. Centro de zona A – Palmas, Irati, Telêmaco Borba, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Dois Vizinhos, Assis Chateaubriand, Araongas, Bandeirantes, Cornélio Procópio, Ibaiti, Jacarezinho, Jandaia do Sul e Loanda.
  - b. Centro de zona B – Nova Londrina, Roncador, Goioerê, Campina da Lagoa, Paranacity, Siqueira Campo, São João do Ivaí, Faxinal, Andirá, Barracão, Capanema, Prudentópolis, Palmeira, Jaguariaíva, Guairá, Coronel Vivida, Chopinzinho, Quedas do Iguaçu, Prudentópolis, Pitanga, Porto União, São Matheus do Sul, Wenceslau Braz, Matinhos.
6. **Centro Local** – os demais 342 municípios paranaenses cuja centralidade e atuação não extrapolam seus limites territoriais.



**Figura 01-** Extensão da rede urbana paranaense  
 Fonte: REGIC (2008)

Observando a rede urbana fica em evidência o caráter dinâmico exercido por Curitiba. A capital do estado exerce influência direta sobre as principais cidades: Londrina, Maringá, Umuarama, Cascavel, Ponta Grossa, Guarapuava, Pato Branco, União da Vitória e

Paranaguá. A mesma extrapola os limites do Paraná e juntamente com Porto Alegre exerce influência sobre Joinville e Florianópolis, no estado de Santa Catarina.

Em Curitiba está localizada a sede do poder executivo e legislativo estadual, bem como as secretarias responsáveis pela implementação das políticas de governo. As ações propostas na capital se materializam, com maior ou menor ênfase, em todo território. A cidade também é o principal centro industrial, financeiro, comercial e de prestação de serviços. Curitiba centraliza uma rede urbana bem desenvolvida e integrada com o interior, apresentando relativa autonomia com relação a São Paulo, grande metrópole nacional (REGIC, 2008).

Segundo o IPARDES (2005), entre 1970 e 1991, Curitiba e sua área metropolitana cresceram de 869,8 mil para mais de 2 milhões de habitantes, ou seja, saltaram de 12,5% para 23,7% da população do estado. Em 2000, os 26 municípios que compõe a Região Metropolitana superaram os 2,7 milhões de habitantes, o que representa 29% da população. Nos primeiros resultados do censo de 2010 foram contabilizados 3.065.836 habitantes, 29,86% da população total (IBGE, 2010). Os dados demonstram o dinamismo e o acelerado crescimento de Curitiba e entorno, especialmente São José dos Pinhais, Araucária e Colombo.

O norte e noroeste do Paraná constituem densa rede urbana tendo nas capitais regionais B (Londrina e Maringá), nos centros sub-regionais A (Umuarama, Apucarana, Campo Mourão e Paranavaí) e no centro sub-regional B (Cianorte), as principais áreas de influência. Londrina e Maringá se destacam, formando uma rede urbana que influencia e centraliza inúmeras cidades. Isso é explicado em razão de se constituírem em importantes centros agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços. Como exemplo se pode citar a importância do ensino superior, com destaque para a Universidade Estadual de Londrina – UEL e Universidade Estadual de Maringá – UEM. Também vale destacar a prestação de serviços médicos especializados, o dinâmico centro comercial e a presença de aeroportos que ligam as cidades a importantes centros do país.

Para o IPARDES (2005), o Norte Central Paranaense transformou-se em um complexo de forte dinamicidade e nítidas relações extra-estaduais, englobando duas aglomerações urbanas: Londrina e Maringá, formando um conjunto de centralidade expressiva, compondo um extenso eixo concentrador de atividades e população urbana. Rocha (1998) estudou o papel de destaque desempenhado pelo eixo dinâmico Londrina-Maringá.

No oeste Cascavel é o maior centro de influência. Atua sobre os seguintes centros sub-regionais A (Foz do Iguaçu, Toledo e Francisco Beltrão, este último no sudoeste). A cidade vem se destacando pela prestação de serviços. O IPARDES (2005) revela que o oeste também se configura como um complexo urbano importante, articulando as aglomerações polarizadas por Cascavel e Foz do Iguaçu, que se manifesta através de uma espacialidade internacional, mantendo estreitas ligações com Puerto Iguaçu (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai).

No centro sul o município de Guarapuava é o mais dinâmico e atua sobre Pitanga, Prudentópolis e Quedas do Iguaçu. No sudoeste o destaque vai para Francisco Beltrão e Pato Branco. No centro oriental a cidade de Ponta Grossa é a de maior influência, atuando sobre os centros de zona Telêmaco Borba, Jaguariaiva e São Mateus do Sul.

Com referência a concentração da população e a participação no PIB estadual, a tabela 01 mostra que os quinze municípios mais populosos possuem 45,72% da população total. Já os quinze municípios com maior PIB concentram 63,10% do valor total. Dos quinze municípios mais populosos apenas Apucarana e Campo Largo não estão entre os quinze com elevado PIB. A concentração da população e do PIB é tamanha que apenas 3,76% dos municípios respondem por quase metade da população do Paraná e por cerca de mais de 60% do PIB.

**Tabela 01 – Relação Entre População Total e PIB**

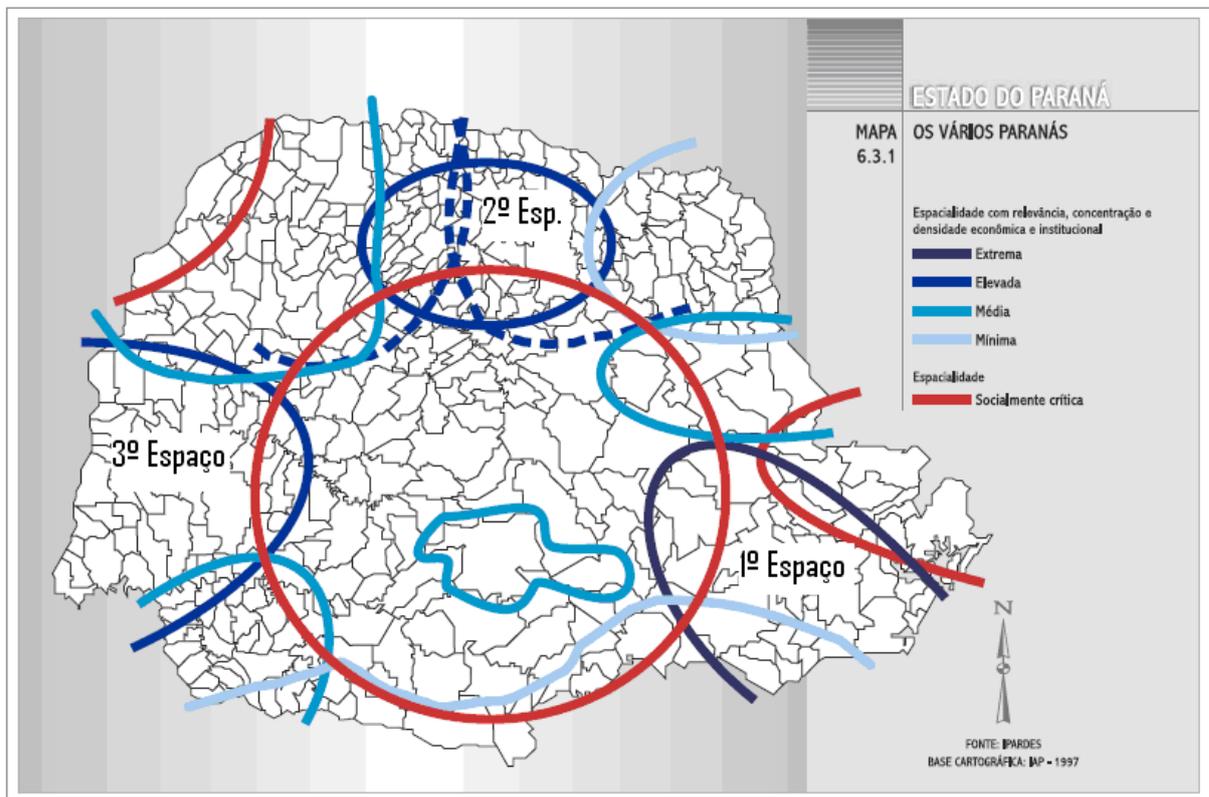
| <b>Município</b>        | <b>P. Total<br/>(2010)</b> | <b>%</b> | <b>Município</b>         | <b>PIB*<br/>(2008)</b> | <b>%</b> |
|-------------------------|----------------------------|----------|--------------------------|------------------------|----------|
| 1° Curitiba             | 1.678.965                  | 16,35    | 1° Curitiba              | 43.319.254             | 24,16    |
| 2° Londrina             | 493.358                    | 4,80     | 2° Araucária             | 11.001.673             | 6,13     |
| 3° Maringá              | 349.860                    | 3,40     | 3° São J. dos<br>Pinhais | 10.398.355             | 5,80     |
| 4° Ponta Grossa         | 305.545                    | 2,97     | 4° Londrina              | 8.033.461              | 4,48     |
| 5° Cascavel             | 283.193                    | 2,75     | 5° Paranaguá             | 7.107.175              | 3,96     |
| 6° S. J. dos<br>Pinhais | 254.556                    | 2,47     | 6° Maringá               | 6.150.569              | 3,43     |
| 7° Foz do Iguaçu        | 250.918                    | 2,44     | 7° Foz do Iguaçu         | 6.010.671              | 3,35     |
| 8° Colombo              | 208.805                    | 2,03     | 8° Ponta Grossa          | 5.020.449              | 2,80     |
| 9° Guarapuava           | 166.195                    | 1,61     | 9° Cascavel              | 4.438.700              | 2,47     |
| 10° Paranaguá           | 136.911                    | 1,33     | 10° Pinhais              | 2.447.206              | 1,36     |
| 11° Apucarana           | 119.159                    | 1,16     | 11° Guarapuava           | 2.279.264              | 1,27     |
| 12° Toledo              | 119.002                    | 1,15     | 12° Toledo               | 2.152.389              | 1,20     |
| 13° Araucária           | 116.683                    | 1,13     | 13° Arapongas            | 1.673.084              | 0,93     |
| 14° Pinhais             | 112.852                    | 1,09     | 14° Colombo              | 1.630.344              | 0,90     |
| 15° Campo Largo         | 107.711                    | 1,04     | 15° Campo                | 1.550.442              | 0,86     |

|               |                         | Mourão        |                          |
|---------------|-------------------------|---------------|--------------------------|
| Total         | 45,72                   | Total         | 63,10                    |
| <b>Paraná</b> | <b>10.266.737 100,0</b> | <b>Paraná</b> | <b>179.270.209 100,0</b> |

\* Produto Interno Bruto a preços correntes (R\$ 1.000,00)

Fonte: IBGE (2010), IPARDES (2010)

Levando em consideração um conjunto de indicadores selecionados o IPARDES (2005) verificou os seguintes espaços como de alta relevância: o 1º espaço possui dois polos nas pontas (Paranaguá e Ponta Grossa) e um adensamento central (Curitiba e entorno); o 2º espaço se alonga entre Londrina e Maringá com participação significativa de Apucarana, Arapongas e Cambé; o 3º espaço foi identificado no Oeste, representado por Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Palotina (Figura 02).



**FIGURA 02 – Os Vários Paranás**  
Fonte: IPARDES (2005). Adaptado pelo autor

O 1º espaço é caracterizado como de extrema relevância e participa da divisão social do trabalho integrado com a dinâmica nacional e internacional. Desempenha um conjunto de atividades econômicas diversificadas. É considerado espaço receptor e difusor das decisões, inovações e capital. Apresenta atividades ligadas aos segmentos modernos tanto da indústria

como dos serviços, além de desempenhar importante papel político, econômico e ideológico (IPARDES, 2005).

O 2º espaço já foi o mais importante do Estado, porém perdeu o posto a partir da década de 1970. Assemelha-se ao 1º espaço, mas com elevada discrepância com relação aos volumes de geração de riqueza, ativos institucionais, diversidade produtiva e de comércio e serviços. As atividades agropecuárias ainda mantêm participação significativa, contudo estão ocorrendo nítidas transformações oriundas da diversificação industrial, evolução das atividades de comunicação e consolidação da meio educacional e de pesquisas.

O 3º espaço apresenta articulação na divisão social do trabalho a partir de um número menor de atividades ligadas à produção agroindustrial e a prestação de serviços. Em razão da fronteira internacional, fundamentalmente em Foz do Iguaçu, vem desempenhando importantes funções nas relações internacionais, comércio e turismo, estreitando os vínculos paranaenses com os países do Mercosul.

Com relação às espacialidades de média relevância, segundo o IPARDES (2008) são quatro. No Centro-Oriental estão alguns municípios ligados a atividade papelreira. No Noroeste englobam, principalmente, Cianorte, Paranavaí e Umuarama, além de alguns outros municípios no entorno; nesse espaço começam a se consolidar atividades possivelmente irradiadas do 2º espaço, bem como a presença importante da agropecuária. Na porção sudoeste predomina a produção e transformação agropecuária com tentativa de integração através de produtos e atividades do setor primário (vinhos, embutidos etc.); são verificadas tentativas locais de diversificação através de poucas e novas indústrias, porém sem condições de gerar excedentes mais expressivos. Guarapuava e Campo Mourão se constituem em pontos relevantes localizados em porções do território com nítidos problemas socioeconômicos, funcionam como receptáculo da produção do entorno sem nítidos desdobramentos regionais.

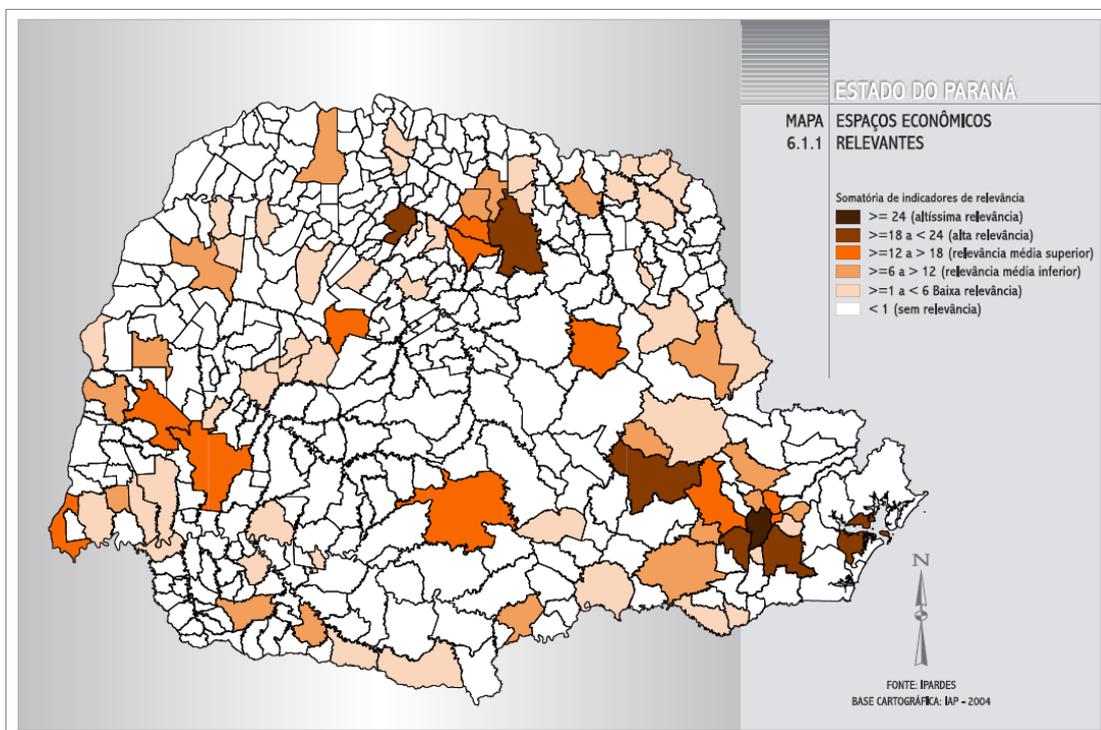
As espacialidades com mínima relevância estão na fronteira com Santa Catarina e no Norte Pioneiro. A primeira espacialidade se caracteriza por pequenas aglomerações ou ocupações contínuas entre os dois estados e representa um vetor de entrada das atividades catarinenses, além de receber os efeitos econômicos da região metropolitana. O Norte Pioneiro esteve ligado ao apogeu e decadência da economia cafeeira, o que possibilitou a consolidação de poucos, mas significativos ativos institucionais. Nas duas espacialidades mesclam-se condições de relevância e criticidade.

As espacialidades socialmente críticas apresentam nítidas precariedades sociais e estão localizadas na porção central do Estado, em parte do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba e na fronteira Noroeste com o Mato Grosso do Sul.

Essas áreas em nenhuma hipótese estão dissociadas dos espaços economicamente relevantes, colocando-se em posições limites a esses e, também permeando-os, participando, em grande medida, de sua dinâmica como periferias [...] Ressalte-se que, somada à limitação física, barreiras políticas também se colocam com obstáculos á inserção dessas áreas na divisão social do trabalho. Essas espacialidades críticas representam um fato estrutural próprio da dinâmica seletiva da expansão do capital (IPARDES, 2005, p. 188).

No Paraná são nítidas e evidentes as grandes discrepâncias sociais e econômicas que atingem e afligem os municípios, formando espacialidades onde “[...] a pobreza e a riqueza convivem em proximidade; ou seja, a produção da riqueza se faz gerando desigualdades, excluindo municípios, bairros e segmentos da população (IPARDES, 2005, p. 182).

O estudo do IPARDES (2005) sinalizou grande disparidade social e espacial no território paranaense, coexistindo espaços que exercem forte centralidade e relevância e espaços economicamente e socialmente críticos.



**FIGURA 03** – Espaços econômicos relevantes no Estado do Paraná  
 Fonte: IPARDES (2005)

No Paraná 30 municípios podem ser considerados centrais para o movimento da economia, detenção do conhecimento e exercício de funções urbanas mais complexas. Como municípios subordinados aparecem ainda 24 com alguma expressão econômica e ativos institucionais, outros 42 com menor expressão nos dois acervos. Observam-se seis municípios sem ativos institucionais, porém com uma mínima participação econômica entre os relevantes. Com relação aos demais, 208 municípios não apresentam indicadores de relevância econômica, mas apenas alguma presença de ativos institucionais. Em uma situação mais problemática, 113 municípios não registram nenhuma relevância, nem a presença de ativos institucionais (IPARDES, 2005).

É perceptível que a intensificação do processo de constituição de municípios periféricos tem como marco a reestruturação das bases produtivas ocorridas a partir da década de 1970, que promoveu profundas mudanças no campo e na cidade. O que se verificou foi a centralização das atividades econômicas e, conseqüentemente, a aglomeração de população nos espaços que comandam a dinâmica regional. Os mesmos são dotados de maior complexidade e funcionalidade, e foram seletivamente escolhidos pelo capital, em razão de apresentarem infraestrutura prévia e capacidade de valorização. Por outro lado, os problemas sociais são intensos na grande maioria dos municípios paranaenses. É o que revela o estudo do IPARDES (2005).

O grande desafio posto está em encontrar alternativas para que a concentração de investimentos, população, indústrias, comércios, serviços, gestão pública e privada nas grandes cidades não impossibilite o desenvolvimento local, especialmente nos municípios periféricos. A situação é demasiadamente preocupante e requer ações objetivas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme a análise apresentada pode-se perceber o papel concentrador e centralizador exercido por algumas cidades que compõe a rede urbana paranaense. Um reduzido número de cidades se destaca como centros de economia dinâmica atraindo os investimentos e concentrando a população. No outro extremo se verifica uma grande quantidade de cidades com pouca ou sem relevância econômica e com sérios problemas sociais, o que é preocupante, pois revela a face perversa do sistema capitalista de produção onde o objetivo é aumentar os

lucros e para isso são selecionados espaços com elevada capacidade de valorização. Desta forma os investimentos ficam restritos a poucas cidades e a população concentrada.

O Estado e o capital nacional e internacional foram os principais responsáveis pela reorganização das bases produtivas no Paraná a partir da década de 1970. A modernização das técnicas de produção agrícolas, a urbanização e a industrialização conduziram a um processo de concentração de investimentos nos seguintes eixos dinâmicos: Ponta Grossa-Curitiba-Paranaguá, Londrina-Apucarana-Maringá e Cascavel-Toledo-Foz do Iguaçu. Esses espaços se consolidaram como os principais centros agroindustriais, industriais, comerciais e de serviços.

Não é mais possível fechar os olhos para as disparidades políticas, econômicas e sociais entre as cidades paranaenses. É necessário romper com a lógica centralizadora e concentradora e buscar alternativas viáveis com as particularidades e peculiaridades das cidades, buscando estabelecer um conjunto de ações cujo objetivo não pode ser outro se não o desenvolvimento social local voltado para a promoção do bem estar e da qualidade de vida para a população. Sem essa premissa o capital continuará atuando como um dos principais responsáveis pela seletividade do espaço, perpetuando os problemas urbanos tanto nos centros dinâmicos como nas cidades que carecem de investimentos e infraestrutura.

## REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.

FRESCA, Tânia Maria. Redefinição dos papéis das pequenas cidades na rede urbana do norte do Paraná. In: Endlich, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org). *Pequenas cidades e desenvolvimento local*. Maringá: PGE, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Disponível em: [http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=41](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=41) Acesso em: 07 de dez. 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, IPARDES. Os vários Paranas: estudos socioeconômico-institucionais como subsídios aos planos de desenvolvimento regional. Curitiba: IPARDES, 2005.

MORO, Dalton Áureo. *Desenvolvimento econômico e dinâmica da população no Paraná contemporâneo*. Boletim de Geografia. v.1, n. 16, 1-55, 1998.

MORO, Dalton Áureo. A modernização da agricultura. In: VILLA LOBOS, Jorge G. (org.) *Geografia Social e Agricultura no Paraná*. Maringá: PGE – UEM, 2001.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli de. Rede Urbana Brasileira: algumas reflexões teóricas. *Revista Formação*, n. 15 volume 2, p. 100-109. 2008. Acesso em 07/10/2010. Disponível em: [http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n15v2/10\\_simoneli.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n15v2/10_simoneli.pdf)

REGIC, REGIÃO DE INFLUENCIA DAS CIDADES, IBGE: Rio de Janeiro, 2008.

ROCHA, Márcio Mendes. *A espacialidade das mobilidades humanas – um olhar para o norte central paranaense*. (tese de doutorado). USP: São Paulo, 1998.

ROCHA, Márcio Mendes. Distribuição Populacional na Mesorregião Central Paranaense - o Perfil Concentrador como Resultante de um Modelo de Desenvolvimento Econômico. **Boletim de Geografia**. Ano 17, número 1, 1999.

ROCHA, Márcio Mendes. As cidades periféricas da Mesorregião Norte Central Paranaense: os vazios demográficos e o desenvolvimento local. In: I Seminário Internacional, 2004. Rio Claro – SP. **O desenvolvimento local na integração: Estratégias, Instituições e Política**. Rio Claro, São Paulo: Ed. da UNESP Rio Claro, 2004. v. 1, p. 1-15.

ROCHA, Márcio Mendes. A produção dos espaços periféricos na ação regional a partir da economia solidária. *Terr@Plural*, Ponta Grossa. 2(1): 241-248, jul./dez. 2008.

SANTOS, Milton. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.